

O ESTADO DE S. PAULO

GERAL

AMBIENTE

País estuda trocar dívida por preservação florestal

Governo analisa oportunidade "técnica e política" de abrir negociação com EUA

SANDRA SATO
e SÍLVIA FÁRIA

BRASÍLIA – O governo brasileiro está estudando uma lei aprovada nos Estados Unidos que permite trocar a dívida com o governo americano (não incluídos débitos com bancos privados) por investimentos em projetos envolvendo preservação de florestas tropicais. O secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Marcos Caramuru, informou que está sendo analisada a oportunidade "técnica e política" da proposta, prevista na Lei de Conservação das Florestas

Tropicais. A discussão ocorre entre integrantes dos Ministérios da Fazenda, do Meio Ambiente e das Relações Exteriores. Existe por parte do governo brasileiro cautela em relação à propos-

ta. Para que a negociação seja iniciada será preciso que o ministro Pedro Malan envie ao Tesouro norte-americano comunicado manifestando interesse no novo mecanismo.

Caramuru observa que, se o Brasil decidisse fazer essa operação, poderia transformar um estoque de dívida, a ser pago no longo prazo, em fluxo de gastos, com desembolsos imediatos.

Dúvidas – Além do impacto fiscal – aumento de gastos públicos –, teme-se também ingerência

política de norte-americanos e organizações não-governamentais (ONGs) em projetos de interesse nacional. É que a lei atribui a um fundo local – espécie de comitê de supervisão –, integrado por ONGs e até dois representantes do governo americano, a tarefa de administrar o financiamento.

O diretor-executivo do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), Garo Batmanian, reconhece que a composição do comitê é "politicamente complicada", mas prefere lembrar das vantagens da lei norte-americana. "Em alguns casos, será permitido às nações pobres reestruturar os débitos num valor pouco mais baixo do que o dos ativos." O Brasil, observa, também deixaria de ter uma dívida em dólar e passaria a pagar o investimento em reais. E ainda teria di-

nhheiro adicional para aplicar em meio ambiente.

Batmanian torce para o Brasil não desperdiçar a oportunidade neste momento de escassez de recursos. Ele lembra que, recentemente, o governo

festejou a liberação de US\$ 17 milhões do Banco Mundial para o combate a incêndios. Segundo ele, cerca de US\$ 600 milhões da dívida brasileira com o governo americano poderia parcial ou integralmente ser convertida em financiamentos para criar infra-estrutura em áreas protegidas, em treinamento de trabalhadores para manejar os recursos florestais e em recuperação de áreas degradadas, entre outros. Os números do governo diferem dos da WWF. Caramuru estima o vo-

**TÉCNICOS
TEMEM
INGERÊNCIA
EXTERNA**

Documentação

Fonte: OESP

Data: 27/9/99 Pg. A-9

Class.: 27

Documentação

Fonte: *IPAM*

Data: *27/9/99* Pg. *A 9* Cont. *.*

Class: *27*



Paulo Pinto/AE

Conversão de débitos permitiria treinamento de mão-de-obra e recuperação de áreas na Amazônia

lume de recursos em pouco mais de US\$ 200 milhões.

Concorrência – Peru, Equador e Costa Rica já demonstraram interesse em obter os benefícios da Lei de Conservação das Florestas, que autorizou o gasto de US\$ 325 milhões pelo Departamento do Tesouro para compensar eventuais receitas perdidas com a reestruturação da dívida dos países endividados alcançados pela lei.

Segundo Batmanian, o Brasil teria maior poder de barganha para tentar reduzir a sua dívida por possuir um terço das florestas tropicais do mundo. Entre elas, a floresta amazônica.

Para candidatar-se aos benefícios da lei, o País deve preencher uma série de requisitos, entre eles ter uma floresta tropical de importância global em termos de diversidade biológica. Para habilitar-se, o País não pode ter apoiado atos terroristas, recusado cooperação no combate internacional ao tráfico de drogas nem ter contribuído para violações sistemáticas dos direitos humanos.

Reunião – Ambientalistas, pesquisadores e técnicos governamentais participaram do workshop da Amazônia, que terminou no sábado, em Macapá (AP), com a definição

de prioridades para a preservação e uso racional da biodiversidade da região.

O grupo que discutiu as áreas de grande pressão antrópica, por exemplo, delimitou num mapa as áreas onde o governo federal deve correr com medidas de curto prazo e as áreas que podem esperar ações de médio prazo. O grupo, composto por 14 especialistas, baseou-se em mapas da expansão madeireira, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e dos assentamentos do Incra, nos levantamentos de desmatamentos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e em avaliações de risco de fogo do Insti-

tuto de Pesquisas Ambientais da Amazônia (Ipam).

As regiões cortadas por grandes estradas no eixo Araguaia-Tocantins, entre Cuiabá e Porto Velho, entre Cuiabá e Santarém e na Transamazônica (de Altamira a Itaituba), foram classificadas como altamente críticas. Ali se acumulam as pressões da exploração madeireira e de novos assentamentos, com maior incidência e risco de fogo. “Em 2 ou 3 anos, no máximo, o governo deveria criar estímulos para o manejo florestal em áreas privadas e reforçar as campanhas preventivas contra o fogo”, resume Adalberto Veríssimo, do Imazon. Ele se surpreendeu com o grande número de assentamentos oficiais em áreas economicamente inviáveis, de solos pobres, sem possibilidade de escoamento da produção.

Nos eixos e pólos de desenvolvimento considerados medianamente críticos – como o oeste do Pará, a ligação Manaus-Boa Vista e a porção não asfaltada da Cuiabá-Santarém –, as providências devem ser tomadas dentro de cinco anos. E incluem a criação de florestas para a exploração racional de madeira ou outros produtos, como as Florestas Nacionais (Flonas) e Florestas Estaduais. Essas também devem ser as principais medidas para áreas menos críticas, mas com risco futuro, como o caminho para o Pacífico, através do Acre, que deveria ser precedido de um planejamento ambiental e de medidas para garantir o uso racional da floresta, num período de cinco a oito anos. As sugestões farão parte da definição de uma política nacional para a biodiversidade, a ser finalizada no prazo de um ano, segundo Bráulio Dias, do Ministério do Meio Ambiente. (Colaborou Liana John)